

TERMO DE REFERÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TACARATU/PE E SUAS SECRETARIAS

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO DE AMBIENTES ADMINISTRATIVOS, DE COZINHA E APOIO, ABRANGENDO ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, MÓVEIS, APARELHOS DE CLIMATIZAÇÃO, UTENSÍLIOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DE SETORES INSTITUCIONAIS DIVERSOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TACARATU, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Nº	CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	VALOR MAXIMO ADMITIDO R\$	VALOR TOTAL R\$	COTA EXCLUSIV A ME/EPP
1	458662	ARMÁRIO DE AÇO C/ 02 PORTAS, EM LÂMINA DE AÇO 1010/2020 A FRIO, CHAPA 26, MEDINDO 1,90X0,90, PORTAS COM 3 DOBRADIÇAS, MAÇANETAS, CHAVES, 5 PRATELEIRAS REGULÁVEIS E CADA COM REFORÇO OMEGA, TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO, PINTURA ELETROSTÁTICA HÍDRICA NA COR CRISTAL CURADA EM ESTUFA A 200º	30	Unid	R\$ 606,67	R\$ 18.200,00	SIM
2	629257	Arquivo De Aço Cinza 4 Gavetas P/ Pasta Suspensa - Cinza Tipo Acionamento: Manual Mecanismo Acionamento: Sobre Trilhos Material Estrutura: Chapa Aço 22 Material Rolamento: Aço	20	Unidade	R\$ 560,28	R\$ 11.205,60	SIM

		Características Adicionais: 02 Chaves Frontais C/Travamento Simultâneo, Puxado Material Corpo: Chapa Aço 22 Cor Revestimento: Cinza Largura: 0,47 M Altura: 1,33 M Profundidade: 0,71 M Acabamento Superficial: Pintura Em Epóxi-Pó					
3	361367	Mesa P/ Escritório 121x61 Pandin -azul/ Com 2 Gavetas - mesa auxiliar (secretária) confeccionada em madeira (mdp). - pé tipo h com base em tubo oblongo com sapatas niveladoras para corrigir desníveis do piso. - partes em aço com tratamento anticorrosivo. - dimensões: 74 cm de altura x 121 cm de largura x 61,5 cm de profundidade. perguntas frequentes 1- o produto chega montado? Não. Ele acompanha kit de montagem e manual. 2- a mesa possui caixa para passagem de fios de energia e internet? Este modelo não possui caixa para fios e rede..	30	Unid	R\$ 462,50	R\$ 13.875,00	SIM
4		Cadeira Bistrô Torres em Polipropileno S/ BRAÇO Branco	300	Unid	R\$ 53,55	R\$ 16.065,00	SIM
5	615219	Cadeira Presidente Design Executivo COR BRANCA A Cadeira giratória Presidente é a escolha ideal para quem	20	Unid	R\$ 1.001,10	R\$ 20.022,00	SIM

		busca design executivo, alta qualidade e conforto duradouro. Em primeiro lugar, seu visual sofisticado, com revestimento em couro ecológico e costuras horizontais, eleva a estética de qualquer ambiente corporativo. Além disso, sua estrutura em aço cromado garante resistência e longa durabilidade, mesmo com longas horas de uso.					
6	486777	Cadeira de Escritório Secretária Fixa Azul Estofada Pé Palito 3/4 Ergonômica Cor Azul Dimensões do produto 38P x 42L x 80A centímetros Tamanho 80 cm x 42 cm x 38 cm Peso do produto 8 Quilogramas	65	Unid	R\$ 253,00	R\$ 16.445,00	SIM
7	62364	Cadeira Longarina Secretária 3 Lugares Tecido Azul Com Preto foi projetada para proporcionar conforto e bem estar, tornando o dia-a-dia mais confortável. Utilizada para compor diversos tipos de ambientes profissionais ou particulares. - Assento e encosto: madeira compensada. - Assento e encosto: espuma injetada com densidade média de 55kg/m3. - Revestimento do assento e encosto: em tecido. - Base: Confeccionado em tubo de aço carbono 50x30. - Medidas Assento: 41 cm largura x 39 cm profundidade x 70 espessura - Medidas Encosto: 30 cm largura x 29 cm altura x 70 espessura -	35	Unidade	R\$ 743,16	R\$ 26.010,60	SIM

		Altura do Assento até o chão: 45 cm - Altura total até o chão: 83 cm - Dimensões aproximadas do produto montado: 145 cm largura x 50 cm profundidade x 83 cm altura - Conteúdo da embalagem: 1 longarina. - Peso líquido aproximado do produto: 16,5 kg - Peso recomendado: até 120 kg / lugar					
8	612081	Mesa Quadrada Riviera Branca + 4 Cadeiras sem Braços Mesa: Fabricado com processos controlados, tendo, dessa forma, garantia de qualidade do material - Produto aditivado com anti-UV, ou seja, resistente aos raios solares e de fácil limpeza - Ideal para áreas externas, ou internas - Design moderno - Cor: Branco - Dimensões: Comprimento: 710mm :: Largura: 710mm :Altura: 720mmCadeiras: Altura: 890mm :: Largura: 430mm :: Comprimento: 510mm :: Peso: 2,2 kg	100	Unidade	R\$ 232,97	R\$ 23.297,00	SIM
9	307130	ESTANTE DE AÇO COM 30CM DE PROFUNDIDADE COM 06 PRATELEIRAS LINHA LEVE COM REFORÇO SIMPLES RESISTENTE A 25KG (POR PRATELEIRA). PRODUZIDO EM "CHAPA 26" (0,45MM)	50	UND	R\$ 436,53	R\$ 21.826,50	SIM
10	614579	Gaveteiro Volante Com 04 Gavetas Azul e Cinza - Dimensões Externas do gaveteiro (Altura x Largura x Profundidade): 62,6 cm x 43,7	10	UND	R\$ 368,49	R\$ 3.684,90	SIM

		cm x 54 cm. COMPOSIÇÃO Corpo em chapa 26 (0,45mm). Tampo superior em MDP 15mm. Acabamento em perfil de ABS 180°. Desliza por meio de trilhos corrediça com roldana de nylon. 4 rodízios - 2 com trava e 2 sem trava. Gavetas em chapa 26 (0,45mm). 4 gavetas comuns. Capacidades de 10kg por gaveta. 01 fechadura tipo Yale com 2 chaves e fechamento apenas da primeira gaveta. Conforme norma NR 17. GARANTIA 12 meses contra qualquer defeito de fabricação.					
11	633472	Mesa Reunião Escritório Redonda 120cm Altura: 0.75 cm Largura: 1.2 cm Comprimento: 1.2 cm Tamba fabricada em mdp e base em aço. Adequado para até 15 pessoas.	10	UND	R\$ 749,57	R\$ 7.495,70	SIM
12	633221	Mesa Reunião Retangular 2,0 M Azul e Cinza Tampo em MDPBP 15mm com perfil Ergonsoft 180 Graus Retaguarda em MDPBP 15mm Pé em aço tipo H em chapas 20 (0,90mm) Almofada em MDPBP 15mm 4 sapatas em PVC 4 ponteiros niveladoras Pés com pintura eletrostática a pó (tinta híbrida) na cor cinza cristal e pintura em esmalte sintético nas demais cores Conforme norma NR 17.	05	UND	R\$ 785,67	R\$ 3.928,35	SIM
13	608812	Mesa De Escritório em L 2 Gavetas Versatile 170cm x 150cm Matéria-prima MDP /	10	UND	R\$ 1.199,96	R\$ 11.999,60	SIM

		Metal e MDP Peso suportado por cada gaveta 3 Kg Quantidade de gavetas 2 Sistema de montagem Parafuso Philips Cor Munique					
14	601720	Mesa p/ escritório 92x61 - azul/cinza Cor Azul e Cinza Material Madeira MDP Pés Niveladores Gavetas Não possui Largura 92 cm Profundidade 61,5 cm Cor azul/cinza Dimensões do Produto 74 cm de altura x 92 cm de largura x 61,5 cm de profundidade	20	UND	R\$ 299,32	R\$ 5.986,40	SIM
15	479242	Smart TV 43" Crystal UHD 4K U8100F 2025 Processador Crystal 4K. Melhore a resolução do seu conteúdo para até 4K. O processador exclusivo faz a otimização de seu conteúdo para até 4K de resolução, conforme a cena.	15	UND	R\$ 2.144,28	R\$ 32.164,20	SIM
16	284872	Fogão 4 Bocas Branco com Duas Prateleiras com Alturas Ajustáveis - BFO4NBB Bivolt Dimensões do produto 765 x 51 x 96 cm; 33,5 quilogramas Eficiência ? Configuração básica; Duplo, Solteiro Tipo de gaveta ? Assadeira Cor ? Branco Voltagem ? 220 Volts	10	UND	R\$ 920,33	R\$ 9.203,30	SIM
17	461900	Ar-Condicionado Split 18.000 BTUs Color Adapt Frio (UI18F/UE18F) - 220V Poderosa tripla filtragem: Um ar mais saudável e limpo livre de 99%* alérgenos, bactérias e fungos proporcionando um ambiente mais seguro.	30	UND	R\$ 2.566,00	R\$ 76.980,00	SIM

		<p>*Testado nas bactérias Escherichia coli e Staphylococcus Consumo consciente: Temperatura ideal com menor impacto de 67%* no meio ambiente.</p> <p>*Índices comparativos conforme Quarto Relatório de Avaliação do IPCC para o Potencial de Aquecimento Global de 100 anos (GWP): R410a 2.088; R32 675</p> <p>Autolimpeza: Remove automaticamente o excesso de umidade. Sistema BlueTech: Acabamento contra corrosão e maior durabilidade. Ar Suave: Tenha o controle com ajustes simples para que toda família, mantendo todos arejados. Auto Sense: Temperatura perfeita do ar trazendo conforto e facilidade. Capacidade - Ar-condicionado: 18.000 BTUs Cor: Branco Eficiência EER: 400 W/W Tipo de gás: R32 Tensão (V): 220 Garantia compressor: 10 anos</p>					
18	618525	AR CONDICIONADO DE 12.000 BTU'S, TENSÃO 220V TIPO SPLIT, CONTROLE REMOTO COM DISPLAY DE LCD, CICLO REVERSO QUENTE/ FRIO.	30	UND	R\$ 1.895,50	R\$ 56.865,00	SIM
19	619108	AR CONDICIONADO DE 9.000 BTU'S, TENSÃO 220V TIPO SPLIT, CONTROLE REMOTO COM DISPLAY DE LCD, CICLO REVERSO QUENTE/ FRIO.	30	UND	R\$ 1.872,70	R\$ 56.181,00	

20	479243	FORNO DE MICROONDAS CAPACIDADE DE 31L E A 38L, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS FUNÇÃO TRAVAR, MENU FIT, FUNÇÃO TIRAR ODOR, PRATO COM DIÂMETRO DE 270MM, FUNÇÃO MANTER AQUECIDO, PORTA E LATERAIS BRANCAS, PINTURA LIMPA FÁCIL, BOTÕES PARA PREPARO RÁPIDO, DESCONGELA POR PESO OU TEMPO, 220 V.	10	UND	R\$ 708,22	R\$ 7.082,20	
21	396016	Freezer Horizontal 314L com Tecnologia Inverter 220V Capacidade: 314 Litros Classificação Energética: A++ Tipo de Compressor: Inverter	10	UND	R\$ 3.395,03	R\$ 33.950,30	SIM
22	393338	Geladeira Frost Free Duplex 375 litros cor Branca - 220V Capacidade 375 Litros Configuração painel eletrônico Avaliação por estrelas do BEE Livre de gelo Grande capacidade painel eletrônico	15	UND	R\$ 3.004,89	R\$ 45.073,35	SIM
23	631050	Liquidificador Industrial Baixa Rotação 6L 220V Prata Cor Prata Características especiais Pesado Capacidade 6 Litros Dimensões do produto 23P x 23L x 68A centímetros, Potência: 368 W Voltagem: 220V Altura : 68,00 cm Largura: 23,00 cm Material Principal: Aço Inox	10	UND	R\$ 787,48	R\$ 7.874,80	SIM
24	607776	Liquidificador Turbo, Preto/Inox, 1200W, 220V - Cor	10	UND	R\$ 194,42	R\$ 1.944,20	SIM

		Preto/Inox Características especiais Múltiplas velocidades Capacidade 3 Litros Dimensões do produto 2					
25	448836	BEBEDOURO DE ÁGUA REFRIGERADO DE COLUNA, BRANCO, REFRIGERADO ELÉTRICO PARA GARRAÇÃO DE 20LT DE ÁGUA MINERAL, COM CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 3,5LT/H, CONTROLE EXTERNO DE TEMPERATURA, TERMOSTATO COM 7 POSIÇÕES PRINCIPAIS DO MAIS FRIO 5 GRAUS AO MENOS FRIO E SISTEMA EASY OPEN REMOVÍVEL DE AÇO INOX, QUE ABRE AUTOMATICAMENTE TAMPA DO GARRAÇÃO, SEM PRECISAR UTILIZAR OBJETO CORTANTE, 220W COM TORNEIRA ÁGUA NATURAL E GELADA.	20	UND	R\$ 693,01	R\$ 13.860,20	SIM
26	480863	Batedeira Premium, Preto/Inox, 500W, 220V - Cor Preto/Inox Dimensões do produto 33P x 22L x 35,5A centímetros Material Polipropileno (PP) Características especiais Tigela removível	05	UND	R\$ 459,00	R\$ 2.295,00	SIM
27	608748	Batedeira Planetária Inox III, OBAT641, 220V Cor PRETO E INOX	04	UND	R\$ 448,59	R\$ 1.794,36	SIM

		Dimensões do produto 23,8P x 38,3L x 34,4A centímetros Material Aço inoxidável Características especiais Tigela removível					
28	624240	Bebedouro Industrial 100 Litros A4 Inox 3 Torneiras Geladas 220V Tensão: 220V Fabricado em Aço Inox 430 Brilhante Acompanha 03 torneiras Frontais Cromada em latão cromado 3 torneiras geladas Reservatório interno em polietileno atóxico Compressor mais Condensador vertical Termostato com regulagem e tomada de 03 pinos Gás refrigerante R134A, ecologicamente correto Isolação térmica em EPS1 Serpentina interna em aço inox 304 Reservatório em polietileno atóxico Garantia de 1 ano Armazena: 100 L	20	UND	R\$ 2.658,17	R\$ 53.163,40	SIM
29	627991	Balança Eletrônica Digital Alta Precisão 40kg Comercial - Balança Digital Comercial, Capacidade 40kg, Display LED Duplo, Bandeja Inox 33x24cm, Bivolt, Aço Inoxidável. Cor Preto Adequação do controle por rádio Feiras, Lojas, Mercearias, Uso Comercial, Uso Profissional Características especiais Alta Precisão, Bivolt, Capacidade 40kg, Display Digital Tipo de visor Lcd Digital.	06	UND	R\$ 761,48	R\$ 4.568,88	SIM

30		Termômetro Culinário Digital Espeto Até 300°C - Precisão na Cozinha para Alimentos Forno Geladeira Churrasco Líquidos Características especiais Alta precisão Faixa etária (descrição) Adulto Componentes incluídos Pilha Material externo Aço inoxidável.	20	UND	R\$ 21,37	R\$ 427,40	SIM
31	467307	Balança Digital Adulto Antropometrica 200kg, , Inmetro Cor Branco Tipo de visor LED Limite de peso 200 Quilogramas Fator de formaFixo Capacidade máxima de pesagem 200 kg Divisão de pesagem de 100g Produto aferido pelo IPEM Produto homologado pelo INMETRO Produto oferece pesagens rápidas e precisas Alimentação Bivolt, 110/220V	01	UND	R\$ 1.338,25	R\$ 1.338,25	SIM
32	622211	Balança Digital Corporal em Aço Inox Cor Aço Inox Características especiais Portátil Tipo de visor LCD Limite de peso 180 Quilogramas	05	UND	R\$ 564,42	R\$ 2.822,10	SIM
33	621446	Fogão Industrial 5 Bocas 30X40 P7 com Forno 87L Especificação Fogão Industrial de Baixa Pressão a Gás GLP (BOTIJÃO) Linha Cristal Standard Mesa Perfil 7 (7cm entre as bocas). Grelhas em ferro fundido 30x30cm (6 dedos) Grelha Central em ferro fundido 40x40cm (08 dedos) 02 queimadores simples 130mm e 03 duplos	05	UND	R\$ 1.599,83	R\$ 7.999,15	SIM

		170mm Bandeja coletora de resíduo Estrutura em aço carbono Medidas do fogão montado: Altura: 81cm Largura: 125cm Profundidade: 88cm Medida interna do forno tampa inox 430: Altura: 31cm Largura: 48cm Profundidade: 59cm Capacidade: 87 LITROS					
34	633825	Celular Galaxy S25 Ultra 5G, 512GB, 12GB RAM, Câmera Quádrupla de 200+50+10+50, Tela Grande de 6.9", Titânio Prata Múltiplas ações em um único comando de voz Busca inteligente por imagem, voz ou texto Processador Snapdragon 8 Elite for Galaxy (3nm) Câmera Quádrupla Traseira de 200MP + 50MP +10MP + 50MP Bateria de 5.000mAh	06	UND	R\$ 7.031,67	R\$ 42.190,02	SIM
35	412006	Smart TV 50" Crystal UHD 4K Resolução 4K Taxa de atualização 60 Hz Características especiais Multiple Voice Assistance Componentes incluídos Controle remoto Tecnologia de conectividade Bluetooth, Ethernet, HDMI, USB, Wi-fi Proporção de tela 16:9 Dimensões do produto 23,7P x 112L x 69,4A centímetros	06	UND	R\$ 3.022,27	R\$ 18.133,62	SIM
36	605389	Sanduícheira Premium, Preto/Inox, Características especiais Revestimento antiaderente Cor Preto/Inox Material Dimensões	05	UND	R\$ 112,73	R\$ 563,65	SIM

		do produto 24P x 24L x 10,5A centímetros					
37	632292	Estante Multiuso Estilo Industrial 5 Prateleiras 80CM 190CM 40CM PROFUNDIDADE Estante Kuadra 80X40X187cm C/05 Prateleiras Amadeirado / Est.Preta Composição do produto: MDP aís de origem do produto: BR	20	UND	R\$ 467,23	R\$ 9.344,60	SIM
38	633624	Mesa Home Office Sala/escritório C/ ESTANTE C/ 5 PRATELEIRAS 146CMX130X45 Material: Aço Carbono e MDF; Pintura: UV lisa (sem textura); Produto com tampo de MDF, Kit Parafusos para montagem; • Ferragem + Tampos em MDF • Manual de instruções	10	UND	R\$ 473,39	R\$ 4.733,90	SIM
39	632788	Armário de Cozinha Compacta Aço com Balcão 10 Portas 1 Gaveta Tipo Suspensa Composição 1 Paneleiro, 1 Aéreo, 1 Nicho e 1 Balcão Quantidade de Portas 10 Portas Quantidade de Gavetas 1 Gaveta Quantidade de Peças 4 Peças Material da Estrutura Estrutura 100% aço e tampo em MDP Estilo Clássico Revestimento Revestidos com pintura eletrostática a pó Acabamento Pintura eletroestática a pó de alto brilho e resistente Tampo MDP revestido em formica Sistema de Abertura Corrediça telescópica e dobradiças metálicas 26mm Tipo de Porta Convencional	02	UND	R\$ 1.577,95	R\$ 3.155,90	SIM

		Gavetas 1 Externa Prateleiras 8 Prateleiras internas Nichos 1 Nicho Puxadores 11 Puxadores em plástico com revestimento metalizado Material Corpo e portas em aço, revestidos com pintura eletroestática a pó, puxadores em plástico com revestimento metalizado, tampo em MDP com revestimento em FF.					
VALOR TOTAL R\$			R\$ 693.750,53				

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Nova Lei de Licitações Nº 14.133/2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A contratação ora proposta, cujo objeto consiste na aquisição parcelada de mobiliário, conforme demanda, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Tacaratu/PE e suas respectivas secretarias, encontra-se amplamente fundamentada tanto do ponto de vista da legalidade quanto da necessidade administrativa, sendo respaldada pelos princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles dispostos nos artigos 11 e 18, que tratam, respectivamente, dos princípios da Administração Pública e do dever de planejamento nas contratações públicas.

A Administração Municipal, enquanto ente executor de políticas públicas e garantidora da prestação contínua e eficiente dos serviços essenciais à coletividade, deve assegurar que suas unidades gestoras estejam dotadas de infraestrutura física mínima e adequada ao pleno desempenho de suas funções institucionais. O mobiliário, neste contexto, não se configura como um simples bem de consumo, mas sim como elemento funcional essencial à organização dos ambientes de trabalho, à preservação da saúde ocupacional dos servidores públicos e à melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

A necessidade da presente contratação decorre de diagnóstico técnico elaborado pelas secretarias demandantes, o qual evidenciou o estado de obsolescência,



Endereço: Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Tacaratu-PE
Cep: 56480-000 Horário de Funcionamento: Segunda a
Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos
facultativo decretado oficialmente
CNPJ - 10.106.243/0001-62

desgaste e insuficiência do mobiliário atualmente disponível. Tal situação compromete diretamente a operacionalização das atividades administrativas, gera desconforto aos servidores e prejudica a imagem institucional do Município.

Optou-se pela aquisição parcelada como estratégia de contratação que permite à Administração maior flexibilidade, racionalização de recursos e atendimento contínuo conforme as demandas efetivas das unidades requisitantes. Essa modalidade, além de promover economicidade, evita o estoque desnecessário de bens e garante o fornecimento de itens atualizados e adequados ao uso imediato.

Ressalta-se, ainda, que a contratação observará critérios de sustentabilidade, conforme exigido pelo art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, adotando, sempre que possível, materiais oriundos de fontes renováveis, recicláveis ou certificados por organismos oficiais, em consonância com o compromisso da Administração com a responsabilidade socioambiental.

- 1.6. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 1.7. Em conformidade com o previsto no inciso IX do Art. 7º, da IN 40/2020, a presente contratação não encontra-se respaldada no Plano de Contratações Anual, tendo em vista a ausência de sua elaboração, devido uma série de fatores que limitaram a sua implementação até o momento, apesar de sua obrigatoriedade constante no Art. 12, VII, da Lei nº 14.133/21, porém é imprescindível considerar as circunstâncias específicas que podem justificar a sua ausência temporária, isto é, a escassez de técnicos disponíveis para a elaboração do referido plano.

Todavia, é crucial ressaltar que a Prefeitura Municipal de Tacaratu/PE e suas respectivas secretarias está tomando todas as medidas cabíveis para resolver essa situação, restando demonstrado o compromisso da administração municipal em cumprir com as exigências legais e implementar boas práticas de gestão, realizando assim, levantamento minucioso das necessidades da Prefeitura Municipal de Tacaratu /PE e suas respectivas secretarias, bem como a análise de fornecedores e a definição de critérios claros para as contratações.

1.8. **JUSTIFICATIVA PARA A NÃO DESTINAÇÃO DE COTA RESERVADA PARA ME/EPP:**

Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública deve, sempre que possível, destinar uma cota de até 25% do objeto licitado exclusivamente para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, ou reservar 75% do objeto em contratações de natureza continuada, conforme os §§ 3º e 4º do referido artigo.

Contudo, o próprio legislador, de forma prudente, reconheceu a existência de hipóteses em que o tratamento diferenciado e favorecido às ME/EPP pode e deve ser afastado, conforme prevê o art. 49, inciso III, da LC nº 123/2006, nos seguintes termos:

“Art. 49. Não se aplicará o disposto nesta Lei Complementar quando:

(...)

III – o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.”

No caso concreto, a divisão do objeto com vistas à destinação de cotas exclusivas não se revela técnica ou economicamente viável, pelos seguintes motivos:

A fragmentação do objeto pode resultar em elevação dos custos globais da contratação;

Existe risco de comprometimento da integridade e da padronização técnica do objeto licitado;

Pode haver prejuízo à execução plena e eficiente do contrato, contrariando os princípios da economicidade e da eficiência previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Acrescenta-se que, conforme o art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, a motivação dos atos administrativos no âmbito das contratações públicas deve demonstrar a busca pelo atendimento do interesse público, sendo vedada a adoção de práticas que, mesmo amparadas na lei, resultem em desvantagens à Administração.

Nesse sentido, o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do RMS 34.417/ES, reforça que:

“O fracionamento das compras, obras e serviços, nos termos da Lei n. 14.133/21, somente pode ocorrer com demonstração técnica e econômica de que tal opção é viável, bem como que enseja melhor atingir o interesse público, manifestado pela ampliação da concorrência.”

Dessa forma, com base em análise técnica e jurídica, conclui-se que a aplicação do tratamento diferenciado previsto no art. 48 da LC nº 123/2006 não se mostra vantajosa neste caso específico, motivo pelo qual se afasta justificadamente a obrigatoriedade de reserva de cota para ME/EPP neste certame.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 1.9. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 3.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 3.1.1 Redução de substâncias tóxicas: Os móveis não poderão conter compostos orgânicos voláteis (COVs) acima dos limites estabelecidos pela ANVISA ou substâncias perigosas como chumbo, mercúrio e cádmio, conforme regulamentações da ABNT e das legislações sanitárias e ambientais.
- 3.1.2 Eficiência logística: A empresa deverá adotar práticas que reduzam o impacto ambiental das entregas, como otimização de rotas, uso de veículos com menor emissão de gases poluentes ou sistemas de logística compartilhada, sempre que possível.
- 3.1.3 Considerando a natureza do objeto a ser contratado, que envolve a aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos, recomenda-se, como



Endereço: Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Tacaratu-PE
Cep: 56480-000 Horário de Funcionamento: Segunda a
Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos
facultativo decretado oficialmente
CNPJ - 10.106.243/0001-62

critério de sustentabilidade, a exigência de que tais produtos atendam, obrigatoriamente, aos requisitos de eficiência energética, devendo estar classificados na Classe "A" da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), emitida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO. Essa exigência visa promover a redução do consumo energético, garantir maior eficiência no uso dos recursos públicos e contribuir para a mitigação de impactos ambientais ao longo do ciclo de vida dos produtos.

Subcontratação

3.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

3.3 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

3.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 4.1 O prazo de entrega dos bens é de **10 (dez) dias uteis**, contados da data da ordem de fornecimento.
- 4.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 4.3 Os Após autorização da ordem de fornecimento, a empresa deverá realizar a entrega do pedido de acordo com a secretarias solicitantes.
- 4.4 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 4.5 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 4.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 4.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 4.8 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 4.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 4.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 4.10.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 4.10.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 4.10.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 4.10.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
- 4.10.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

- 4.11 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 4.11.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

- 4.12 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório

com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- 4.13 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 4.14 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 4.15 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 4.16 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 4.17 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 4.18 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 5.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 5.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



Endereço: Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Tacaratu-PE
Cep: 56480-000 Horário de Funcionamento: Segunda a
Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos
facultativo decretado oficialmente
CNPJ - 10.106.243/0001-62

- 5.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 5.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 5.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 5.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 5.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 5.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 5.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 5.10.1 o prazo de validade;
- 5.10.2 a data da emissão;
- 5.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 5.10.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 5.10.5 o valor a pagar; e
- 5.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 5.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 5.13 A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 5.14 Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 5.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 5.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

- 5.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 5.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária, cuja variação é determinada mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Forma de pagamento

- 5.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 5.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 6.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

- 6.2 O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

- 6.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 6.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 6.5 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 6.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.7 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 6.8 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.9 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 6.10 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 6.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 6.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 6.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 6.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 6.15 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 6.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 6.17 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 6.18 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 6.19 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 6.20 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 6.21 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
- 6.22 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos meses do exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 6.23 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);



Endereço: Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Tacaratu-PE
Cep: 56480-000 Horário de Funcionamento: Segunda a
Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos
facultativo decretado oficialmente
CNPJ - 10.106.243/0001-62

- 6.24 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 6.25 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- 6.26 Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 6.27 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

- 6.28 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

Qualificação Técnica

- 6.29 Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto, por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido objeto compatíveis e pertinentes em características, quantidades e prazos, com o objeto deste Edital, devendo o atestado conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que o pregoeiro possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.
- 6.30 Os atestados de capacidade técnica somente serão exigidos para parcelas de maior relevância ou valor mais significativo da licitação, ou seja, as que tenham valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do total estimado da contratação.
- 6.31 Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) documento(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu pelo menos 10% das quantidades e prazos descritos na proposta de preço apresentada nessa licitação.
- 6.32 O licitante poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar que já executou objeto similar ao da licitação;

- 6.33 A ausência de apresentação de documento de aptidão claro, legível e idôneo, conforme com este edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 5.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 693.750,53 (Seiscentos e Noventa e Três Mil, Setecentos e Cinquenta Reais e Cinquenta e Três Centavos)**, conforme custos unitários apostos na [tabela acima] **OU** [em anexo].

8. DAS OBRIGAÇÕES

1.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i) A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.
- k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

1.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))



Endereço: Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Tacaratu-PE
Cep: 56480-000 Horário de Funcionamento: Segunda a
Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos
facultativo decretado oficialmente
CNPJ - 10.106.243/0001-62

- a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade online, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- q) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

1.3. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

1.4. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) diário até o limite de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;
 2. Moratória de 1% (um por cento) diário até o limite de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
 4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
 5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
 6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
 7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
- 1.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 1.5.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 1.5.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 1.5.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - 1.5.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.7. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

1.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

1.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

1.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

1.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

5.3 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

PODER EXECUTIVO- ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Órgão:	
Dotação	08.122.0801.2161 – Atividades da Coordenadoria da Mulher; 08.243.0807.2127 – Ações e Atividades do Conselho Tutelar; 08.122.414.2109 – Ações do Fundo Municipal de Assistência Social; 08.122.0801.2225 – Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família; 08.243.0812.2170 – Manutenção do Programa Criança Feliz; 08.243.0815.2174 – Manutenção da Casa da Juventude; 08.245.0802.2228 – Bloco da Proteção Social Básica – PAIF/SCFS;



Endereço: Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Tacaratu-PE
 Cep: 56480-000 Horário de Funcionamento: Segunda a
 Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos
 facultativo decretado oficialmente
 CNPJ - 10.106.243/0001-62

	08.245.0803.2118 – Serviço de Proteção e Atendimento Especializada às Famílias e Indivíduos-PAEFI; 08.306.0806.2220 – Manutenção do Programa Cozinha Comunitária;
Elementos:	44905200 - 15000000 Equipamentos e Material Permanente
Recurso:	RP

PODER EXECUTIVO- 0206 –SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Órgão:	020600 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Dotação	20.122.0421.2062 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura.
Elementos:	44905200 - 15000000 Equipamentos e Material Permanente
Recurso:	RP

PODER EXECUTIVO- 0205 –SEC. M. DE INFRAESTRUTURA. REC. HÍDRICOS, MEIO AMB E TRANS	
Órgão:	020500 - SEC. M. DE INFRAESTRUTURA. REC. HÍDRICOS, MEIO AMB E TRANS
Dotação	20.122.0421.2062 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Elementos:	44905200 - 15000000 Equipamentos e Material Permanente
Recurso:	RP

PODER EXECUTIVO- 0204 –SEC. M. DE FINANÇAS E CONTROLE INTERNO	
Órgão:	020400 - SEC. M. DE FINANÇAS E CONTROLE INTERNO
Dotação	04.123.0419.2215 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Fianças
Elementos:	44905200 - 15000000 Equipamentos e Material Permanente
Recurso:	RP

PODER EXECUTIVO- 0203 –SEC. M. DE ADMINISTRAÇÃO	
Órgão:	020300 - SEC. M. DE ADMINISTRAÇÃO
Dotação	04.122.0401.2023 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração.
Elementos:	44905200 - 15000000 Equipamentos e Material Permanente
Recurso:	RP

PODER EXECUTIVO- 0202 –SEC. M. DE GOVERNO	
Órgão:	020200 - SEC. M. DE GOVERNO
Dotação	04.122.0417.2011 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Governo.
Elementos:	44905200 - 15000000 Equipamentos e Material Permanente
Recurso:	RP

0302 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
030203 - FUNDEB030202 -FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Dotação	12.361.1206.2134 Aquisição de Materiais de Apoio didático-Pedagógico para Facilitação da Aprendizagem. 12.361.1211.2156 - Manutenção do Ensino Fundamental 12.365.1212.2157 - Manutenção do Ensino Infantil 12.361.1211.2145 - Manutenção do Ensino Fundamental- FUNDEB 30% 12.365.1212.2148 - Manutenção do Ensino Infantil- FUNDEB 30%

	12.361.1201.2204 – Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Educação.
Elementos:	44905200 - 15001001 Equipamentos e Material Permanente
Recurso:	FUNDEB 30% RV

Poder Executivo	
Órgão:	0201 - GABINETE DO PREFEITO UO: 020100 - GABINETE DO PREFEITO
Dotação	04.122.0418.2005 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
Elementos:	44905200 - 15000000 Equipamentos e Material Permanente
Recurso:	RP

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE UO:	
Órgão:	030101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Dotação	10.122.1001.2207 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde 10.301.1010.2201 - Manutenção das Ações da Atenção Primária à Saúde; 10.302.1011.2202 - Manutenção das Ações da Atenção Especializada de Saúde.
Elementos:	44905200 - 15001002 Equipamentos e Material Permanente
Recurso:	

5.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Tacaratu/PE, 12 de fevereiro de 2026.

WASHINGTON ÂNGELO DE ARAÚJO
PREFEITO

BRUNO LISBOA ARAÚJO
MATRÍCULA 200206084
SECRETARIO MUNICIPAL DO GOVERNO

IRAN CLEVERTON ARAÚJO NUNES
SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ DARCIO DE ARAÚJO



Endereço: Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Tacaratu-PE
Cep: 56480-000 Horário de Funcionamento: Segunda a
Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos
facultativo decretado oficialmente
CNPJ - 10.106.243/0001-62

CPF/MF sob o nº 652.463.304-00,
SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

APARECIDA GOMES DA SILVA PEREIRA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ENEIDA MARY DE CARVALHO COSTA
Secretária Municipal de Educação

BRENDA LISBOA DE ARAÚJO
MATRÍCULA 200206085
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos



PREFEITURA DE
TACARATU
TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Endereço: Rua Pedro Toscano, 349, Centro, Tacaratu-PE
Cep: 56480-000 Horário de Funcionamento: Segunda a
Sexta das 07:30 às 13:30, exceto feriados e pontos
facultativo decretado oficialmente
CNPJ - 10.106.243/0001-62